



Tempo

ISSN: 1413-7704

secretaria,tempo@historia.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

Mello, Maria Tereza Chaves de
A modernidade republicana
Tempo, vol. 13, núm. 26, 2009, pp. 15-31
Universidade Federal Fluminense
Niterói, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013400002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

*A Modernidade Republicana**

*Maria Tereza Chaves de Mello***

A difusão de uma cultura democrática e científica no final do Império criou uma disponibilidade mental e afetiva à idéia de república no Brasil. Este termo, por sua vez, permitiu aos contemporâneos experimentar o processo histórico, já que nele se congregava uma oposição ao passado e a expectativa social de futuro.

Palavras-Chave: República – Modernidade – Cultura Democrática e Científica

Republican Modernity

The spread of a democratic and scientific culture during the last years of the Brazilian monarchy created a mental and emotional disposition towards the idea Republic ideal in Brazil. The very word “republic” allowed contemporary people to experiment with the historic process, as it were brought together both an opposition to the past and a social expectancy towards the future.

Keywords: Republic – Modernity – Democratic and Scientific Culture

La Modernité Républicaine

La diffusion d'une culture démocratique et scientifique à la fin de l'Empire a créé une disposition favorable, mentale et affective, à l'idée de république au Brésil. Le mot république a permis aux contemporains d'incorporer le processus historique, puisqu'il réunissait en soi-même à la fois l'opposition au passé et l'attente sociale de futur.

Mots-Clés: République – Modernité – Culture Démocratique et Scientifique

* Artigo recebido em setembro de 2008 e aprovado para publicação em outubro de 2008.

** Professora do Departamento de História da PUC/RJ. E-mail: terezacmello@gmail.com.

A Proclamação da República é um episódio da modernização à brasileira.

Nas décadas finais do Império, o vocábulo *república* expandiu seu campo semântico incorporando as idéias de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado.

Para essa renovação da linguagem foi de especial valia a ação da propaganda – em lato senso – que estabeleceu uma relação dicotômica entre república e monarquia, montando com os dois termos um par antônimo assimétrico, recurso de grande força persuasiva, como nos ensinou R. Koselleck.¹ Trata-se de um instrumento de argumentação, como esclarece o historiador alemão, que coloca em confrontação dois conceitos, sendo que um deles apresenta o outro de forma que este não se reconhece. Esse expediente retórico compôs não só a oratória da propaganda estrito senso, como freqüentou panfletos e opúsculos, se fez a espinha dorsal de obras teóricas,² esteve estampado em artigos de jornais e ganhou, por vezes, a literatura.

Nas fontes de publicização acima elencadas, à monarquia vão se colando termos tais como: tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimpitável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização, teologia. Em contraposição, à república são associadas as idéias de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento ou mérito, cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência. Enfim, de um lado, o passado; de outro, o futuro. Frente ao despotismo, a “democracia pura”.³

É freqüente nos textos de época aparecer a equação: privilégio = atraso X talento = progresso. O diretor do jornal *A República*,⁴ maliciosamente, convidava

¹ R. Koselleck, *Le Futur Passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, Paris, École des Hautes Études, 1990, p. 191-232. A teoria sobre os pares antônimos assimétricos é uma das preciosas contribuições do autor à História dos Conceitos.

² Estou me referindo, especialmente, às duas obras de teoria política republicana mais lidas no período, quais sejam: Alberto Sales, *Política Republicana*, Rio de Janeiro, R.J. Leuzinger, 1882 (e sua vulgata, *Catechismo Republicano*, São Paulo, Leroy King Bookwalter, 1885) e Joaquim Francisco de Assis Brasil, *A República Federal*, 4ª edição, São Paulo, Leroy King Bookwalter, 1888.

³ O termo aparece no *Manifesto Republicano*. Os republicanos procuraram difundir a idéia de que só no regime republicano há democracia porque nele não há lugar para o privilégio e, portanto, só nele vivem cidadãos.

⁴ Trata-se do gaúcho Francisco Xavier da Cunha, convertido ao republicanismo por Quintino Bocaiúva, que o convidou para dirigir o jornal fluminense *A República*, em 1872, quando o periódico deixara de ser órgão oficial do Partido Republicano. Nele, Francisco Cunha deu prosseguimento à propaganda republicana que iniciara em *O Mercantil*, jornal do Partido Liberal do Rio Grande do Sul. Essa labuta na imprensa e mais a sua posterior atividade diplomática foram por ele reunidas em reminiscências publicadas em 1914.

seus leitores a esposar sua dúvida: “Se a monarquia é o privilégio, como pode a monarquia ter espírito de progresso”.⁵ Na década de 1880, a equação ganhou maior contundência em função do esvaziamento de um dos trunfos da propaganda monárquica: o confronto entre a estabilidade, a paz e o progresso do Brasil com a anarquia e a barbárie das repúblicas sul-americanas. Naquele momento, diversos desses países já haviam encontrado sua forma de estabilidade institucional e, muito ao contrário, Argentina e Chile, pelo menos, se adiantavam em relação ao Império brasileiro: maior progresso material, mais ampla população educada, maior adesão às “idéias avançadas”. O que nos interessa é que nada disso se passava sem o registro da imprensa. A aprovação do casamento civil no Chile, por exemplo, deu ensejo à comparação: “As pequenas repúblicas vão dando quinaus no grande império”.⁶

Nesse quadro renovado, a paz imperial começa a ser sentida como um resultado da inércia e apatia de um povo infantilizado pelo poder pessoal centralizado. Um povo de súditos frente a repúblicas de cidadãos.

O sentimento de inadequação temporal, de atraso, vai se expressar no insistente apelo por reformas: “reforma ou revolução”, alertava o Novo Partido Liberal, em 1869. Entretanto, as expectativas logo se fizeram frustrações pela lentidão das poucas medidas tomadas, pela desfiguração de propostas mais consistentes quando levadas à discussão e à decisão parlamentares. Daí que se foi generalizando a impressão de que as reformas eram impossíveis com a monarquia. A sensação era a de que o regime só se mantinha pela força porque se tornou um sistema sem projetos, um sistema que não se via no futuro. Um sentimento que se expressava claramente: “O governo sentindo-se fraco e confessando haver perdido a força moral (...) quer governar pelo terror”.⁷

Para avaliarmos a operatividade do conceito de república, destacadamente na última década do Império, vamos buscar surpreender sua penetração social. Para tanto, o que cabe avaliar é a extensão da difusão

⁵ Francisco X. da Cunha, *Propaganda contra o Império. Reminiscências na imprensa e na diplomacia. 1870 a 1910*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914, p. 202.

⁶ *Revista Ilustrada*, ano 9, n. 369, p. 3.

⁷ *Ibid.*, ano 12, n. 462, p. 6.

de uma nova cultura que, desde os anos 1870,⁸ vinha varrendo a visão de mundo da *direção*⁹ imperial.

Desejo de futuro

Em consonância com marcadas alterações sócio-econômicas, novas idéias penetraram intensamente a sociedade brasileira lettrada – e talvez não só nela – a partir da década de 1870. A mais profunda mudança por elas produzida foi a de dar um conteúdo histórico à já difundida e assimilada noção de progresso, noção que, agora, extravasava o campo dos avanços materiais que, entretanto, tanto maravilhavam os contemporâneos, orgulhosos do seu tempo. Valendo-nos de códigos visuais da época, alcançar o progresso exigia o embarque no trem da evolução rumo à estação “civilização”. Um lugar pré-figurado de paisagem definida. Dito em outra escala: uma teleologia que dava direção e sentido ao tempo linear ascendente. A novidade de uma idéia de tempo que tem significado e é significante.

Essa mentalidade historicista ganhou as mentes e os corações, os republicanos e os monarquistas – pelos menos, nas grandes cidades – e tornou-se um dado inescapável de qualquer percepção do mundo e do Brasil dentro dele. É ela que está, necessariamente, informando os debates daquela conjuntura, reformando o léxico e, principalmente, a semântica da linguagem política e social. Ela se revela nas falas, nos textos e até nas imagens produzidas pelas revistas ilustradas.

As “novas idéias”, todas materialistas, conjugaram ao positivismo, já posto na cidade lettrada, o evolucionismo de Spencer, que era uma instrumentalização das teorias de Darwin para interpretar as sociedades humanas. O que cabe destacar é que elas foram capazes de renovar profundamente a mentalidade. Em primeiro lugar, porque mexeram com a idéia de tempo, e

⁸Sobre a chamada “Geração 70” ver o texto definitivo de Ângela Alonso, *Idéias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

⁹O princípio de hegemonia de A. Gramsci está marcando todo esse artigo, muito especialmente, o seu conceito de “crise de direção”, conceito que nos parece ser um instrumento de grande valia para compreender a falência do regime monárquico no Brasil. Como percebeu finamente o filósofo italiano, uma classe só consegue exercer hegemonia sobre um conjunto social, ou seja, impor a ele sua visão do mundo, se a dominação for acompanhada da “direção”, o que significa dizer, do controle sobre a sua rede simbólica. A *direção* entra em crise quando mudanças de grande significado social vão afrouxando a relação entre os símbolos e os seus referentes. Nessas circunstâncias, vai-se produzindo na sociedade uma disposição mental e afetiva de consentimento a outra rede simbólica através de novos arranjos discursivos. Como o conceito de hegemonia está disperso na obra de Gramsci, é razoável o recurso a obras analíticas sobre o assunto, como, por exemplo, Hugues Portelli, *Gramsci e o Bloco Histórico*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

depois, porque instauraram um verdadeiro culto à ciência, que passou a ser o selo exclusivo de garantia de legitimidade na explicação sobre qualquer fenômeno, natural ou social.

Entre nós, aquelas filosofias não foram, propriamente, objeto de debates teóricos ou de adesões ortodoxas. Poucos abraçaram integralmente uma ou outra. Ironicamente, Renato Lessa distingue uma “versão tupi-positivista”.¹⁰ Bem ou mal assimiladas, o que destacamos, entretanto, é que elas serviram de arsenal de onde foram retiradas as munições para pensar as “questões”¹¹ brasileiras, para participar intensamente dos debates por reformas e, até mesmo, para discutir o conteúdo da identidade nacional. Estamos diante de uma geração profundamente engajada na vida do país e interessada em decifrá-lo com vista ao seu encaminhamento na senda do progresso e da civilização, no caminho do futuro. Fora dessa estrada, só havia obsolescência e ignorância.

A força de convencimento da nova cultura foi tal que a ela aderiram tanto republicanos como monarquistas, tanto liberais como conservadores, desde que fossem iniciados nos códigos dessa linguagem, que emprestava competência e verdade aos que dele se valiam. O emprego desse discurso por monarquistas foi um poderoso instrumento de desqualificação do sistema, evidenciando a falácia da antiga rede simbólica para dar conta da realidade.

A década de 1880 se distinguiu por uma grande atividade da inteligência: os jornais “independentes”¹² se multiplicaram em função de um público ampliado, a produção teórica em livros e panfletos foi intensa, as conferências – que, explícita ou inadvertidamente, divulgavam as novas idéias – atraíram um público muito interessado, as campanhas, a abolicionista e a republicana, encheram, entusiasmaticamente, as ruas e os auditórios públicos.

Tanto Comte quanto Spencer entendiam o desenrolar da história humana como uma sucessão escalonada de superações, pelas quais a religião e a monarquia eram valores de um passado caduco. Todas as sociedades caminhavam inexora-

¹⁰ Renato Lessa, “A invenção da República: da aventura à rotina”, in: Maria Alice Rezende de Carvalho (org.), *A República no Catete*, Rio de Janeiro, Museu da República, 2001, p. 15.

¹¹ O termo “questão” era largamente praticado naquela época, traduzindo seu amplo emprego na Europa, onde havia se dado a “Questão do Oriente”, por exemplo. Aqui também se abusou dessa terminologia. Além das famosas “Questão Religiosa” e “Questão Militar”, os periódicos comentaram, dentre outras, a “questão sanitária” ou mesmo a “questão dos vinhos do Porto”.

¹² Eram assim denominados os jornais que não pertenciam aos partidos políticos. A grande ampliação da imprensa desde a década de 1870 é assunto que compõe um capítulo da obra de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 208-286. Para análise mais recente, ver Marisa Lajolo e Regina Zilberman, *A Formação da Leitura no Brasil*, 3. ed., São Paulo, Ática, 1999.

velmente para o advento de um mundo guiado pela ciência e pela democracia. Nessa cultura científica e democrática o regime republicano era uma necessária culminância política.

A nova cultura chegou a um público mais amplo através da imprensa, das conferências públicas e da literatura; foi visualizada nas imagens das revistas ilustradas e nos préstimos carnavalescos; ganhou o auditório das ruas e dos cafés. Por esses canais se foi operando o desmonte da cultura imperial. No artigo intitulado “Páginas Cor de Rosa”, saído após a Proclamação da República, explicou assim a *Revista Ilustrada* a vitória republicana: “Obscuramente, todos nós tínhamos, dia a dia, lavrado o seio fecundo da terra da América, com o arado do pensamento (...)”.¹³ Foi esse o sentido da resposta do deputado republicano Saldanha Marinho para aquietar a platéia que se assustara com o emprego em seu discurso do termo “revolução”: “Não se trata da revolução da espingarda (risos); antes dela virá a revolução das idéias”.¹⁴

O solo monárquico foi sendo esterilizado pela ação daquele arado que se esforçou em arrancar dele as sementes que o fecundavam: a religião e o romantismo. Os homens da “Geração 70” se declaravam “livres pensadores”, com raras exceções. A expressão significava a não-submissão mental à Igreja e às suas interpretações, tidas como resultado da ignorância. A adesão aos seus princípios era qualificada de “fanatismo” ou de “velho preconceito”. Em resposta às suas “físcões”, a razão havia dado a conhecer aos homens a sua verdadeira origem animal, sem fantasias ou explicações metafísicas. Francisco Cunha resume o sentimento generalizado daquela “geração”: “O catolicismo sustenta um páreto impossível com a civilização”.¹⁵ É o que Teófilo Dias pôs em versos:

A força, que ao porvir o Grande-Ser conduz,
A implacável ciência, a eterna deicida,
Vertendo nova seiva à árvore da vida,
Arrancou-lhe a raiz de onde surgiste, oh cruz!
(...)
– Já não existe um Deus (...).¹⁶

¹³ *Revista Ilustrada*, ano 14, n. 574, p. 6.

¹⁴ Apud Sérgio Buarque de Holanda, “Do Império à República”, in: Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, 4. ed., São Paulo, Difel, 1985, tomo II, v. 5, p. 258.

¹⁵ Francisco X. da Cunha, op. cit., p. 357.

¹⁶ Teófilo Dias, *Fanfarras*, São Paulo, Dolivae Nunes Editor, 1882, p. 15.

As “novas idéias” chegaram ao público encarnadas nas “questões”, nas polêmicas e na literatura que, na década de 1880, ampliou seu público e ganhou mais espaço, adenrando os jornais. Foi uma robusta e variada produção que acompanhou o veio de engajamento da sua geração. Nesse sentido, a chamada “poesia social” foi o seu exemplo mais acabado. Valentim Magalhães, ativo animador cultural do final do século XIX, qualificou-a de “cívica, revolucionária, ou combatente”.¹⁷ Poetas de grande prestígio naquele momento, tais como Raimundo Correia, Teófilo Dias, Lúcio de Mendonça, Luiz Delfino e outros usaram o timbre hugoano (de Vitor Hugo) para, sob o influxo do cientificismo, se jogarem contra a religião e o regime monárquico. A virulência do ataque é um demonstrativo da paixão que os animava. Deram-se eles a missão de desconstruir o mundo obsoleto em que viviam para serem os apóstolos do futuro. Vejamos esse trecho de Raimundo Correia:

Enquanto do Futuro o archote incendiário
Não vem incinerar os báculos e os cetros;
E repelir não vem o lôbrego cenário
Trono e Igreja – estes dois favorosos espectros (...)¹⁸

Nessa empreitada, tiveram os bardos a colaboração, não menos entusiasta, de setores da imprensa, com marcada atuação da *Revista Ilustrada*. A luta pela secularização completa do Estado e da sociedade brasileiras foi a primeira de suas campanhas, prestigiando todos aqueles que por ela se batiam, como foi o caso do mais ardoroso dos seus apóstolos, o deputado republicano Saldanha Marinho.¹⁹ A *Revista* valia-se ora da ironia mordaz: “nem creio na mácula universal, só porque D. Eva se deixou tentar pela serpente. (...) condenados a cozinhlar como um pato no grande forno das chamas eternas”;²⁰ ora da virulência:

¹⁷ Valentim Magalhães, *Escritores e escritos (perfis literários e esboços críticos)*, 2. ed., Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães Editor, 1894, p. 69.

¹⁸ Raimundo Correia, *Sinfônias*, Rio de Janeiro, Livraria Faro & Lino, 1883, p. 189.

¹⁹ Saldanha Marinho, destacado deputado do Partido Liberal, republicano confesso, um dos assinantes do Manifesto Republicano e chefe da Maçonaria dos Beneditinos, fez da campanha pela secularização do Estado brasileiro – na qual, por vezes, utilizou-se do pseudônimo de “Ganganelli” –, um libelo público. Angariou grande notoriedade e prestígio junto aos “livres pensadores”. Índice de sua popularidade foi a peça anônima *Ganganelli, terror dos jesuítas*, que o tinha como protagonista. A razão da escolha daquele pseudônimo se devia ao fato de Ganganelli ser o sobrenome de Clemente XIV, o papa que extinguiu a Companhia de Jesus, em 1773.

²⁰ *Revista Ilustrada*, ano 6, n. 245, p. 2.

Eu não farei comentário sobre o ensino religioso que prega a mentira e a superstição; mas acho ridículo essa referenda do governo à propaganda religiosa.

Certamente os jesuítas estão no seu papel; e se os pais de família querem educar suas filhas no histerismo religioso (...).²¹

Mas, certamente de impacto mais generalizado, teriam sido as suas imagens do clero: os padres eram retratados em suas páginas ilustradas com orelhas de burro ou como horrendos morcegos. Muitas vezes eram flagrados em olhares lúbricos para as índias.

O teatro teve grande popularidade durante o Império. No final da década de 1870, embaladas pelas “Questões Religiosas”, peças anticlericais atraíram extenso público; e não só na Corte. No ano de 1875, repetindo aqui o grande sucesso que já fizera na Europa, subiu à cena fluminense o drama *Apóstolos do Mal*, um frontal ataque à Companhia de Jesus. Também houve platéia para *Ganganelli, terror dos jesuítas*. Entretanto, o Conservatório Dramático Brasileiro censurou *Os Lazaristas*, de autor português, como indecente e muito anticlerical. Em desafio, a *Gazeta de Notícias* publicou o drama em forma de folhetim.

O empenho na conversão da sociedade às novas idéias deu ensejo à excrescência de uma *poesia científica*, na qual Martins Junior foi seu maior expoente. Sua principal obra, significativamente intitulada *Visões de Hoje* – que, fora dos padrões da época, teve reedições – é um poema narrativo que metrifica a epopéia da vitória da ciência e da razão na evolução humana. A sua finalidade didática é evidente:

Também o mar da História está sujeito às leis
Imutáveis, fatais, que a natureza fez
Desde a elaboração do Cosmo, do universo,
Quando o poema da vida apenas tinha um verso.²²

Na peleja pela introdução do mundo novo entre nós atiraram-se os “mosqueteiros” contra os valores basilares da cultura monárquica. Já ficou aqui alguma notícia sobre o anticlericalismo e o ateísmo dos seus textos. A título de observação, vale notificar o emprego da maiúscula para grafar as palavras “futuro” e “história” nos poemas citados. Um dos braços desse combate foi a campanha literária contra o romantismo, pejado de artificialismo,

²¹ Ibid., ano 5, n. 215, p. 2.

²² José Isidoro Martins Junior, *Visões de Hoje*, Recife, Typ. Industrial, 1881, p. 28.

pieguice, excessivo sentimentalismo e idealização. Contra essa literatura de falsificações – nelas incluído o indianismo – proclamou-se a superioridade do retrato fiel da sociedade e dos homens, dos seus costumes e vivências, descritos com verdade e imparcialidade. Nessas recomendações, logo se vê, vibrava a corda do cientificismo. As vinculações entre o romantismo e a visão de mundo difundida pelos dirigentes da monarquia era muito clara para a “Geração 70”. Vejamos esse comentário de um dos seus mais destacados membros, Clóvis Bevilacqua:

(...) representou [o romantismo], no campo da imaginação, o que a monarquia constitucional representou na política ou, com mais propriedade, o que representa a metafísica na ordem filosófica, – uma fase transitória, exercendo sobre os espíritos uma ação negativa indispensável para o aplaínamento do terreno.²³

O que é certo é que a literatura ampliou seu público – antes adstrito ao universo feminino letrado –, renovou o gosto e adquiriu prestígio social. É o que avaliou Lúcia Miguel-Pereira: “Patenteadas as suas raízes filosóficas e sociológicas, a literatura ganhou o respeito dos outros e a consciência do seu valor. E não só isso, como também a maior repercussão do que escreviam os escritores”.²⁴

Essa estética da verdade encontrou seu veículo privilegiado na prosa naturalista, corrente literária que foi recebida com entusiasmo entre nós. Aluísio Azevedo, seu maior nome, foi o primeiro escritor brasileiro a viver do seu ofício. Esse foi o ambiente intelectual de Machado de Assis: “O seu universo é, em última análise, constituído de acordo com o pensamento científico do século XIX”.²⁵

Como significativa marca de uma sensação contemporânea, não podemos deixar de registrar que José Veríssimo, destacado crítico literário da época, cunhou para toda essa produção literária e a sua ambiência cultural o termo “modernismo”.²⁶

²³ Apud Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1977, v. 4, p. 142.

²⁴ Lúcia Miguel-Pereira, *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*, 3. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, p. 57.

²⁵ Ibid., p. 105.

²⁶ José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, 2. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929.

Difusão da nova cultura

Nas ruas e praças da cidade do Rio de Janeiro realizaram-se os grandes e pequenos *meetings* da década de 1880. Nelas se desencadearam as grandes campanhas da Abolição e a da República, numa renovada forma de se fazer política, que lembrava aos mais velhos os anos da Regência, pelo o que se cunhou a expressão “reviver liberal”.

A difusão da nova cultura ficou por conta da centralidade da Corte na vida do país. E a vida da Corte pulsava na apertada rua do Ouvidor (e redondezas), onde se concentravam as redações dos jornais, as editoras, as livrarias, os grandes magazines, o comércio e mais os cafés²⁷ e confeitarias, os hotéis e os teatros. Ao mesmo tempo mundana e intelectual, a rua do Ouvidor era o palco dos grandes acontecimentos nacionais e a passarela da sociedade fluminense, a “grande artéria da civilização do Brasil”.²⁸

Graças a sua estreiteza – quase um “beco” para decepção dos forasteiros –, os personagens da vida política, social, artística e intelectual eram reconhecidos pelas pessoas que a freqüentavam. Essa rua dava visibilidade às modas e aos que buscavam notoriedade. Tornava nacionais os acontecimentos – e até os incidentes – que nela ocorriam e era nela que eles quase que necessariamente ocorriam. Discussões, debates, artigos de jornal, opiniões, poemas ou mesmo fofocas e boatos eram ouvidos sem que fosse necessária a indiscrição. Para Coelho Neto, aquela rua é um personagem: “Sabe tudo – é repórter, é *lanceuse*, é corretora, é crítica, é revolucionária. Espalha a notícia, impõe o gosto, eleva o câmbio consagra o poeta, depõe os governos, decide as questões à palavra ou a murro, à tapona ou a tiro”.²⁹

Ir diariamente à rua do Ouvidor passou a fazer parte do dia-a-dia de muitos habitantes do Rio de Janeiro. A “Crônica do *Chic*” da *Revista Ilustrada* diz, jocosamente, que era preciso pagar um “tributo de solas” à rua e que “o hábito inveterou-se de tal forma, que se um dia deixarmos de lá passar, falta-nos alguma coisa, como a um crente que se esqueceu de fazer o sinal

²⁷ Silva Jardim apequena a propaganda republicana do Rio de Janeiro porque, aqui, ela “tem sede nos cafés”, diferentemente da seriedade dos republicanos paulistas que levavam e travavam seus debates, mais comumente, nas redações dos jornais. Essa observação está em Antônio da Silva Jardim, *Memórias e Viagens. Campanha de um propagandista (1887-1890)*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1891, p. 246.

²⁸ Valentim Magalhães, *Horas Alegres*, Rio de Janeiro, Laemmert &C., 1888, p. 126.

²⁹ Coelho Neto, *A Conquista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985, p. 58.

da cruz (...).³⁰ Explicou com clareza Sílvio Romero: “O Brasil é o Rio de Janeiro, dizem os insensatos, incapazes de compreender o espírito de uma nação, e que o enclausuram nas vitrines da Rua do Ouvidor”.³¹

Entre seus especialíssimos distintivos, era a rua do Ouvidor uma passarela democrática. Nela se cruzavam homens de negócios, políticos, jornalistas famosos, grandes nomes da literatura, a “mocidade militar”, damas da sociedade em meio a moleques, caixeiros, moças de subúrbio e até escravos e prostitutas. O povo fluminense não só a desfrutava como fazia dela o espaço público por excelência onde ia depositar suas reivindicações e queixumes. Na rua do Ouvidor desaguavam as conferências públicas. Quem não as tinha assistido podia, mesmo assim, deleitar-se com as tiradas de oratória, inteirar-se das polêmicas suscitadas que, aliás, eram carregadas para os seus cafés.

Aquela distinguida via pública elegeu as suas celebridades: poetas, jornalistas, grandes oradores e os “boêmios”. Eram estes um conhecido grupo de literatos que girava em torno de José do Patrocínio, quase todos empregados no seu jornal abolicionista, *A Gazeta da Tarde*. Jovens de talento que o desperdiçavam e a saíde em jornadas etílicas pela Ouvidor e nos teatros do Largo de São Francisco. Toda a cidade os conhecia: Olavo Bilac, Aluísio Azevedo e seu irmão, Artur Azevedo, Luís Murat, Pardal Mallet, Coelho Neto, Guimarães Passos. Apesar da conduta reprovável e escandalosa, eram adorados pelos freqüentadores da rua. Condensavam em si as ambigüidades de uma fase de transição em que a rua estava sendo ressignificada. Nesse sentido, causava espanto igualmente a participação ativa de membros da “mocidade militar” em todas as formas de intervenção política direta, especialmente nas campanhas pela Abolição e pela República. Causava espanto porque não era aquela uma arena adequada a homens de armas. Entretanto, os militares não perderam com isso o prestígio e a popularidade que passaram a gozar desde a Guerra do Paraguai e, mais proximamente, em razão da recusa de manterem a função de perseguidores de escravos fugidos. Guimarães Passos provocava tal *frisson* nas moças que as mães fechavam as janelas à sua passagem. Acontece que os homens da imprensa, da literatura, os jovens militares, os oradores mais

³⁰ *Revista Ilustrada*, ano 11, n. 434, p. 7.

³¹ Apud Wilson Martins, op. cit., p. 115.

requisitados eram, quase todos, republicanos ou, ao menos, simpatizantes do republicanismo.³²

Freqüentada pelo Governo e pela Casa,³³ a rua é agora ressignificada como o *locus* da valorizada opinião pública, o espaço da verdadeira representação popular. Silva Jardim e Rui Barbosa declinaram da vida parlamentar em proveito desse palanque.

A década de 1880 foi marcada pela politização da sociedade. Uma politização que teve a rua como seu principal e mais querido cenário. É o que nos relata Rui Barbosa: “O aspecto da capital é inenarrável. (...). As ruas borbulham de alvoroto. A política invadiu todos os colóquios, emudeceu todas as preocupações”.³⁴ Na *Revista Ilustrada* o tom era de reclamação: “política na rua, nas conversações, nos bondes e até nas cozinhais! (...). A rua do Ouvidor, com esta saturação, está quase inabitável...”.³⁵

³² Mônica P. Velloso, em “O modernismo e a questão nacional”, in: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.), *O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, 2. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, p. 353-386, estabelece uma relação de continuidade entre esses boêmios da década de 1880 e os freqüentadores da Lapa, especialmente cronistas e cartunistas da última década do século XIX e das primeiras do século XX, como formadores de uma cultura do modernismo. Nesse seu artigo, há indicações sobre os autores que têm encaminhado seus estudos nesse sentido. Também resgatando as descontinuidades produzidas pela República, como contraponto a uma longa historiografia que se centrou nas suas permanências estruturais – cujo exemplo mais acabado é a análise de Leônicio Basbaum, *História Sincera da República*, 3. ed., São Paulo, Fulgor, 1968, em 4 volumes, em que o primeiro trata “Das Origens a 1889”, sendo a “origem” o início da colonização do Brasil –, cabe ressaltar, dentre outras significativas contribuições, os trabalhos de Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, 2. ed., Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994; “O 15 de Novembro”, in: Ângela de Castro Gomes, Dulce C. Pandolfi, Verena Alberti (coord.), *A República no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/CPDOC/FGV, 2002, p. 12-29; *Essa Gente do Rio ...: modernismo e nacionalismo*, Rio de Janeiro, FGV, 1999; “Venturas e desventuras de uma república de cidadãos”, in: Martha Abreu e Raquel Soihet (orgs.), *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003, p. 153-167. Também é o caso de Maria Alice Rezende de Carvalho, “A crise e a refundação republicana, em 1930”, in: Maria Alice Rezende de Carvalho (org.), op. cit., p. 89-109.

³³ Termos retirados da visão dos “mundos do Império”, iluminados por Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*, 3. ed., Rio de Janeiro, Access, 1994, p. 103-121. Um “mundo do governo” – do Estado e da Casa –, do público e do privado, distinto e hierarquicamente muito distante do “mundo do trabalho”, entretanto unificados como os espaços da ordem. Frente a esses dois mundos constitutivos do sistema imperial, se apresentava perigosamente o “mundo da desordem”.

³⁴ Rui Barbosa, “Queda do Império”, in: *Obras Completas de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1947, v. XVI, tomo 3, p. 243.

³⁵ *Revista Ilustrada*, ano 14, n. 548, p. 6.

A campanha abolicionista foi a primeira grande campanha popular da história brasileira. Nas suas hostes labutaram monarquistas de escol, como Joaquim Nabuco e Rebuças, enquanto entre membros do P.R.P e no próprio Manifesto Republicano de 1870 não encontramos um claro posicionamento antiescravista. Entretanto, para a população, em geral, todo republicano era abolicionista, o que, em verdade, grande parte deles o foram. Nem os “republicanos do 14 de maio” conseguiram abalar essa convicção. Isto porque a eles estavam ligadas as chamadas “idéias avançadas”.

A crise da monarquia era visualizada pelo povo não só através das revistas ilustradas. Os “carros de idéias” dos préstimos carnavalescos traziam sempre figurações jocosas ou iconoclastas dos fatos do ano anterior, de personagens gradas da vida nacional, especialmente do imperador, presença obrigatória deles. Eram representações de fácil decifração. Conforme o tema escolhido, o carro muitas vezes estampava idéias abstratas, como a liberdade, por exemplo. Seu símbolo, largamente reconhecido pelos espectadores, era o de uma mulher de vestes diáfanas que, entretanto, quase invariavelmente, portava um barrete frígio.

Também na via pública ocorriam, com freqüência cada vez maior no correr da década de 1880, fatos que escandalizavam a população, provocando em todos uma grande confusão mental. Era o caso do conluio, tido como vergonhoso e inconcebível, entre a polícia (ou políticos) e os capoeiras. A partir de 1888 será a Guarda Negra – instituída para proteger a família real mas que, na realidade, atuava mesmo era no ataque aos comícios republicanos – o alvo maior da indignação pública. São incontáveis os textos da época que pintam com cores sombrias tais descalabros. O que a todos confundia era o fato de que “a ordem é quem trabalha pela desordem”.³⁶

Conhecida é a ação demolidora da campanha de Rui pelo *Diário de Notícias*, em 1889, contra os desmandos da Coroa. Os contemporâneos não deixaram de citar tais artigos como uma das causas da queda da monarquia. Ora, um dos seus mais freqüentes assuntos era justamente a denúncia do uso da violência contra a liberdade de expressão, violência mais ainda conspurcada por aquele casamento espúrio entre a ordem e a “cafraria”, a “malta”, os “bárbaros”, os “boçais”, os “malfeiteiros” que produziam a “mazorca protegida”.³⁷ A um de seus artigos, todos muito lidos, ele deu o título de “Anarquia pelo Rei”. A sensação geral, pois, muitas vezes, era a de que o governo funcionava como o ente subversivo.

³⁶ Rui Barbosa, op. cit., tomo 6, p. 167.

³⁷ Ibid., tomo 4, p. 150.

Na sociedade altamente hierarquizada do Império, o princípio da ordem reunia os díspares “mundo do governo” e o “mundo do trabalho”. Fora da civilização, escapando ao desenho traçado pelos seus construtores, estavam as “classes perigosas”, que compunham o “mundo da desordem”, da anarquia, da barbárie. Eram termos que enchiham as páginas dos jornais. Essa confusão dos “mundos do império” foi um forte fator de desafeição a um regime que se desfigurava. Para fechar esse assunto, vamos tomar como exemplar da impressão reinante naquela quadra, até porque sai da lavra de um monarquista, um outro trecho daquele combatente jornalista. Atentemos, ademais, que, naqueles tempos, os autores não necessitavam especificar qual o referente está sendo substituído pelo termo democracia:

O que se quer, pois, abafar não é a desordem: é a idéia republicana, que o ministério, incapaz de combatê-la pela reforma, supõe eliminar pela asfixia. Licença franca à arruaça mercenária e boçal, para se embebedar em entusiasmo pelo rei e anavalhar a pele de democratas. O banzé e a capoeiragem continuam a ser instrumentos do governo.
(...) banir a oposição democrática da legalidade, tornar a legalidade elástica até ao crime a favor da monarquia.³⁸

Proclamação da modernidade

No quartel final do século XIX, aparecem em inúmeros textos e imagens a admiração e o orgulho que os contemporâneos – pelo menos, em nível urbano – tinham pela sua época. O “século da luz”, da velocidade, da ciência, das “idéias avançadas”. Por todos os lados, enfim, as marcas do Progresso. Uma sensação de aceleração do tempo que toma todos os aspectos da vida. O nosso Martins Junior pontificou: “Por isso a História vai veloz como uma seta / Atrás do seu futuro, atrás do seu destino”.³⁹

A *Revista Ilustrada* montou uma chave simbólica através do uso exaustivo de repetidas imagens que se associaram, por via direta ou indireta, à idéia de progresso. O trem foi a mais recorrente delas e nele os desenhistas faziam embarcar tudo o que conduzisse aos avanços modernos, como o projeto da abolição da escravidão. Contrariamente, as reformas emperradas sustentavam o imperador sobre um caracol e faziam do Parlamento uma tartaruga, enquanto políticos se arrastavam em cima de burros ou caranguejos. Às vezes, era ainda

³⁸ Ibid., tomo 4, p. 165.

³⁹ José Isidoro Martins Junior, op. cit., p. 28.

um trem, mas puxado por bois: a “imagem fiel da nossa atividade na estrada do Progresso”.⁴⁰

Mas, não havia ainda, naquela quadra histórica, qualquer sensação de desencanto com a maquinaria. Ao contrário, o que despontava por todos os lados era um evidente desejo de futuro. Futuro que engordava as idéias que invadiram o cenário intelectual brasileiro do final do Império, como vimos aqui alguns poucos exemplos. Futuro que impunha desmanchar o passado e tudo o que ele implicava: monarquia, sociedade do privilégio, escravidão, romantismo, clericalismo etc.

Francisco Cunha, numa polêmica com o conservador *Jornal do Comércio*, o convoca para o debate: “Venha a discussão, ela é a nossa força. Venceremos espancando as trevas (...).” A vitória era certa “porque temos por nós duas forças inquebrantáveis – a razão e o futuro”.⁴¹ O termo república tinha, pois, uma marca: o sinal do futuro. Como evolução ou como revolução.

A maior conquista da propaganda republicana foi a de estabelecer uma sinônimia fechada entre os termos república e democracia. São incontáveis os exemplos dessa associação semântica. A campanha de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco pela monarquia democrática caiu no vazio. Lúcio de Mendonça, poeta e jornalista muito acatado, explicitou uma reação, razoavelmente difundida, de que naquela expressão se conjugavam palavras que “bradam de achar-se juntas”.⁴²

Uma das razões da força persuasiva dos pares antônicos assimétricos é sua capacidade de liberar determinadas expectativas que já estão postas na sociedade. O julgamento da dualidade inscreve-se numa perspectiva histórica porque permite aos contemporâneos experimentar o processo histórico. Sua eficácia ou não diz dos limites e das expectativas da conjuntura, dos pensamentos e experiências, então, possíveis. O contraponto antecipa o futuro. Como conclui Koselleck, os pares antônicos são índices da consciência histórica de uma época porque revelam as temporalidades inscritas em sua conjuntura.

A dicotomia assimétrica entre monarquia e república formou um grupo auto-referente que extrapolou os estreitos quadros dos partidos republicanos. Uma linguagem semanticamente renovada foi constituindo uma nova cultura política a partir do final do Império.

⁴⁰ *Revista Ilustrada*, ano 6, n. 259, p.1.

⁴¹ Francisco X. da Cunha, op. cit., p. 251-252.

⁴² Lúcio de Mendonça, *A caminho (propaganda republicana)*, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1905, p. 29.

A construção historiográfica que fez do “bestializado” mais do que um simples surpreendido com o resultado de um fato conspiratório, como disse o tão citado artigo impressionista de Aristides Lobo, e imprimiu nele, com insistência, a marca distintiva da não-participação popular, subentendendo nessa omissão um índice de adesão do povo à monarquia, não ouviu a advertência que, contra os alvores dessa interpretação, se levantou Euclides da Cunha. Em sua análise da transição da monarquia para a república, onde o período imperial é altamente valorizado, o autor destaca “o impulso tonificador da filosofia contemporânea” para concluir: “Depois disso a República não podia ser uma surpresa, inexplicável estribilho dos que enfermam da nostalgia desse passado brilhante (...).”⁴³

Na década de 1880, reavivou-se a forma de intervenção política direta; intervenção que culminou na Proclamação da República. O que se seguiu foi um “tumulto (...) virtualmente avesso à narração sistemática”.⁴⁴ Tumulto que, no entanto, com perspicácia, Ângela de C. Gomes distinguiu como o indicativo dos “episódios que inauguram novas experiências históricas”.⁴⁵ Aos desgostosos dessa forma de atuação, Campos Sales soube dar uma sólida satisfação quando, sobre o povo que se agitava nas ruas da capital, conformou um governo dos estados, copiando soluções institucionais do Império, o que Maria Alice R. de Carvalho classificou como um “golpe ‘regressivo’”.⁴⁶ Desqualificar a Proclamação é desqualificar a política feita na rua, é não seguir a advertência de Euclides de não confundir a república “com a bela parada comemorativa de 15 de novembro (...).”⁴⁷

⁴³ Euclides da Cunha, “Da Independência à República”, in: *À Margem da História*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2005, p. 254.

⁴⁴ Renato Lessa, op. cit., p. 18.

⁴⁵ Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p. 19.

⁴⁶ Maria Alice Rezende de Carvalho, “A crise e a refundação republicana, em 1930”, in: *op. cit.*, p. 92.

⁴⁷ Euclides da Cunha, op. cit., p. 233. Na mais recente coletânea sobre a História da República Brasileira (*O Brasil Republicano*, op. cit.), os autores que tiveram a incumbência de tratar dos primórdios do novo regime parecem ter acatado as recomendações de Euclides e buscaram separar o fato da Proclamação do acontecimento de um novo regime, como distinguiu Margarida Souza Neves (“Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”, p. 13-44). Também contra o citado reducionismo, diz Élio Chaves Flores que “havia muito mais coisa no alvorecer da república do que simplesmente um povo bestializado” (“A Consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”, p. 53). Entretanto, ainda há espaço historiográfico para participar das longas discussões que têm sido levantadas desde a primeira década republicana sobre aspectos da factualidade da Proclamação. Recentemente, Celso Castro (*Os Militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995) se alistou entre os intérpretes que dão uma origem exclusivamente militar à república brasileira. Inova, entretanto, ao considerar a idéia da existência de um projeto de desmonte da monarquia. Esse autor reuniu elementos para sustentar a tese de uma ação programada de alguns elementos da “mocidade militar”.

Em tempos mais recentes, tem sido usual o recurso à literatura como fonte histórica. No nosso caso, é inescapável chamar o testemunho de Machado de Assis em *Esaú e Jacó*. Desde logo, o episódio da troca de tabuletas ganhou destaque para mostrar o desconforto de Custódio em ter de retirar a palavra “império” do seu cartaz. Entretanto, nessas citações dificilmente aparece a discussão entre o dono do estabelecimento, que insiste na possibilidade de reavivar as cores da tabuleta, e o pintor que lhe faz ver que a madeira, já carcomida de bichos, estava tão velha que não aceitava mais tinta. Propõe-lhe este, outrossim, uma nova que “ia durar pelo resto de nossa vida”.⁴⁸

Entretanto, Machado tem sido convocado, inconsistentemente, para confirmar a bestialização da população fluminense através dos trechos em que retrata atitudes de indiferença. Estranhamente, as observações de Santos, o pai dos gêmeos, são esquecidas. Também esse personagem constata que “a rua estava quieta”, mas conclui sagazmente: “havia espanto, mas não havia susto”.⁴⁹ Naquelas páginas, não há qualquer indicação de uma nostalgia generalizada pelo regime decaído. No Passeio Público, o que o protagonista ouviu foi um “epíteo de louvor, uns ao governo, outros ao exército”.⁵⁰ Na notória finura de observação do autor, o que se registra, ao invés, é outro sentimento: “ninguém sabia se a vitória do movimento era um bem, se um mal, apenas que era um fato”⁵¹.

Indiferença e conformidade são reações que falam da penetração da nova cultura, na qual inscrito estava o regime republicano como uma necessidade histórica. Por isso, a população da Corte não reage à Proclamação. Ela consente.

Este artigo proclama, por sua vez, a operatividade do termo república na década de 1880. Em um contexto de desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, *república* foi o nome brasileiro da modernidade.

⁴⁸ Joaquim Maria Machado de Assis, *Esaú e Jacó*, São Paulo, Globo, 1997, p. 126.

⁴⁹ Ibid., p. 135.

⁵⁰ Ibid., p. 124.

⁵¹ Ibid., p. 138.